

Negócios

& FINANÇAS

Rio de Janeiro — Sábado, 12 de dezembro de 1992

Não pode ser
vendido separadamente

Economia ³⁶ pode crescer ^{Brasil} por setores

■ Ministros propõem a Itamar juros mais baixos, redução de imposto, títulos com correção cambial e carro popular ^{12 DEZ 1992}

ELI TEIXEIRA

BRASÍLIA — Os ministros da área econômica pretendem sugerir ao presidente Itamar Franco, na reunião ministerial marcada para os próximos dias 18 e 19, a reativação econômica por setores, através de juros mais baixos, redução de impostos e até alongamento não compulsório da dívida interna, com a colocação de títulos com correção cambial. Em troca, o governo quer negociar com o setor industrial um aumento na produção de bens menos sofisticados, a começar por carros populares, que poderiam contar com redução de impostos. Na parte de juros, todas as instituições financeiras do governo federal reduziriam suas taxas nos empréstimos a pequenas e médias empresas de alguns setores, especialmente construção civil.

A retomada do crescimento por setores que empregam muita mão-de-obra pouco qualificada e produzem bens populares é o caminho encontrado pela equipe econômica para que o Brasil volte a crescer a partir do segundo trimestre do ano que vem. Esse crescimento se dará ao mesmo tempo em que o governo federal lançará vários programas sociais para beneficiar as classes mais pobres de população. Essa estratégia foi discutida anteontem durante uma longa reunião entre os

As principais medidas

- Título público com correção cambial, para alongar dívida pública.
- Juros diferenciados para empresas que empregam muita mão-de-obra, como construção civil e agroindústria.
- Negociação com indústria para produção de bens menos sofisticados.
- Combate à inflação e projetos sociais que reduzam custo da recessão.
- Manutenção e aprofundamento da abertura da economia, mas rigidez com setores oligopolizados.
- Controle das estatais, inclusive de salários, através do CCEE.
- Queda gradual de juros, reajuste de tarifas e definição da data de mudanças na privatização.
- Aprovação do plano de curto prazo, sem choques, congelamentos e pacotes. Ajuste fiscal, reforma do sistema financeiro (BC mais autônomo), nova lei salarial, manutenção do acordo da dívida externa.

ministros da Fazenda, do Planejamento, do Trabalho e da Indústria e Comércio, acompanhados de seus assessores. Ontem, houve nova reunião, desta vez entre o ministro da Fazenda e sua equipe. Os ministros estão transformando em apenas um documento os planos de curto prazo, de apoio social e de longo prazo do governo, que seriam divulgados isoladamente.

Alongamento — A proposta a ser feita pelos ministros, com o objetivo de conseguir a estabilização econômica ao mesmo tempo

em que se combatem os efeitos perversos da recessão, prevê inclusive um alongamento da dívida pública, mas sem medidas compulsórias. Uma das idéias em discussão é o lançamento de títulos públicos com correção cambial. Esse título poderá atrair empresas que se sentem inseguras e vêm aplicando em dólar e ouro. Já está aprovado pelo presidente Itamar que serão mantidos e até aprofundados os programas de abertura da economia. O presidente, no entanto, quer negociações com os setores oligopolizados da

economia, para que contenham os seus preços. Além da indústria farmacêutica, o presidente tem mencionado com insistência os fabricantes de cimento.

Os ministros ainda vão definir com o presidente três pontos da nova política, que será anunciada por Itamar Franco no seu discurso de posse, no Congresso Nacional, logo após a votação do *impeachment* do presidente afastado Fernando Collor de Mello. Eles incluem juros, tarifas públicas e as mudanças no programa de privatização.

Ajuste — No caso de juros, Itamar quer uma queda rápida, mas a equipe econômica argumenta que se deve esperar os primeiros resultados do ajuste fiscal. De qualquer forma, os juros dos títulos públicos vêm caindo lentamente desde setembro.

Já em relação às tarifas públicas, os ministros querem sugerir duas fases: na primeira, os reajustes acompanhariam a inflação e, na segunda, já estaria funcionando o Comitê de Controle das Empresas Estatais, que analisará as planilhas de custos das empresas, só autorizando aumentos conforme seus custos. O terceiro ponto — mudanças na privatização — já foi decidido em parte pelo presidente, faltando só definições jurídicas e data para as alterações.